

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Maracanã, 8/11/2016 - 16h25 – 18h55

Local: Colônia de Pescadores Z-07

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Juliana Rondon	Larissa Lago	Colônia de Pescadores Z-07
	Victoria Fontes	RESEX DE Maracanã
		Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã
		Associação de Pescadores Artesanais da Região da Ponta do Marco
		Associação Comunitária e Ambiental do Bairro do São Mateus
		Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do Município de Maracanã (SIPAAM)

Às 16h25min Juliana Rondon, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Juliana Rondon, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

A líder da colônia perguntou sobre o momento em que a comunidade entra e pode interferir no processo de licenciamento ambiental. Além disso, perguntou se apenas uma Audiência Pública é realizada. Ela ainda perguntou se o Estudo de Impacto Ambiental já havia sido elaborado e se no estudo existe algum impacto aos pescadores já que neste caso ela entende o pescador como o grupo mais impactado. A representante da BP respondeu que o estudo está em fase de aprovação pelo IBAMA e que está previsto impacto sobre o pescador, porém há medidas mitigadoras previstas. Além disto, acrescentou que os pescadores podem efetuar interferência durante a realização das Audiências Públicas.



A líder da Colônia de Pescadores ainda perguntou sobre os resíduos do petróleo e a localização do bloco, demonstrando bastante preocupação com os impactos ambientais causados pela atividade, sobretudo acidentes com vazamento de óleo e principalmente em relação à pesca artesanal, apresentando dúvida se o óleo atingiria a costa do município e considerando que os pescadores dependem dela para sobreviver. Citou o exemplo de acidentes ambientais em municípios como Mariana e Barcarena e o retorno das empresas às comunidades. A representante da BP afirmou que a empresa é a responsável por qualquer eventual acidente e explicou de forma precisa, sobre as prevenções que a BP toma.

A líder da colônia também comentou sobre o quanto as Audiências Públicas são cansativas para os pescadores e se tornam pouco efetivas devido ao fato deles não terem muita oportunidade de participação no evento.

O representante do Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores perguntou se há existência de petróleo nessa região devido ele já ter ouvido falar sobre o assunto várias vezes e foi esclarecido sobre as diversas perfurações que já ocorreram nesta costa e não foi encontrado petróleo comercialmente viável e que agora vão ser realizadas novas tentativas de perfuração em águas mais profundas. Contudo as empresas estão investindo na expectativa de haver petróleo, porém não há essa certeza.

A líder da colônia perguntou sobre o que seria utilizado como suporte no município do Oiapoque e neste caso, seria o aeroporto. Foi questionado o motivo do porto previsto para a atividade ser em Belém considerando que as estruturas no estado do Amapá são mais próximas ao Bloco FZA-M-59. No entanto, foi esclarecido que o estado do Amapá não possui nenhum porto com estrutura e logística adequada para as normas de segurança e o porto do empreendimento que está sendo licenciado.

A líder da colônia perguntou se na área próxima à sonda existe sinalização para evitar que o pescador se aproxime e a representante da BP respondeu afirmativamente. A representante da AECOM ainda complementou a resposta informando sobre o profissional que atua como radio operador e pode entrar com o pescador informando sobre a área de segurança, caso seja necessário, enquanto exigência da Marinha do Brasil. Ainda foi reforçado que não foi identificada frota de pesca artesanal na área do Bloco FZA-M-59 devido à sua localização afastada da costa. Foi perguntado também sobre ocorrência de baleia, golfinho na área da sonda e a representante da AECOM esclareceu que a área da sonda não foi identificada como rota de mamíferos marinhos, porém, de qualquer maneira há medidas mitigadoras e de acompanhamento para a possibilidade de impactos com a biota marinha.

A representante da AECOM, Larissa Lago, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e



disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Devido à solicitação do público, principalmente da líder da Colônia de Pescadores Z-07, a representante da AECOM explicou novamente sobre os impactos previstos aos mamíferos aquáticos. Com o mapa de localização do bloco comentou-se sobre a rota das embarcações que eventualmente serão vistas pelos pescadores. O pescador solicitou que ela explicasse também com maiores detalhes os impactos sobre o fator água e comunidades associadas.

A líder da colônia comentou sobre um curso de petróleo que já foi oferecido no município por uma empresa, prometendo geração de empregos imediatos. A representante da AECOM esclareceu novamente sobre o impacto de geração de expectativa e reforçou que nesse momento não há previsão de geração de emprego.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã pediu licença para se retirar, mas agradeceu as informações repassadas e destacou que foi esclarecedora a apresentação.

A líder da colônia perguntou sobre o impacto causado pelo descarte dos cascalhos e dos fluidos de perfuração e a representante da AECOM esclareceu que ambos são descartados de acordo com as exigências do órgão ambiental e os impactos causados são considerados temporários.

Foi questionado pelo representante da Associação de Pescadores Artesanais da Região da Ponta do Marco sobre a distância do navio sonda para o município do Oiapoque em milhas náuticas e foi respondido pela representante da AECOM que aproximadamente 100 milhas.

A líder da Colônia de Pescadores expressou preocupação com relação ao aumento do tráfego de embarcações no canal do navio, devido aos pescadores atuarem nessa área e, eventualmente, ocorrer acidentes. A representante da AECOM esclareceu que a empresa assume a responsabilidade por danos causados aos pescadores, uma vez identificado que a BP tenha sido a causadora dos mesmos.

A líder comentou sobre a empresa recebedora de resíduos em Ananindeua que segundo o que ela ouviu da Total, há apenas uma empresa que não é tão qualificada assim para receber este tipo de resíduo. A representante da AECOM esclareceu que a BP enviará os resíduos gerados apenas para empresas qualificadas e com condições de tratar os resíduos de maneira adequada.

A presidente da colônia perguntou se a indústria de petróleo no Brasil possui registros sobre a quantidade total de óleo vazado proveniente de atividades petrolíferas no mar. A representante da BP neste momento fez uma ligação para o especialista de resposta à emergência da BP, Luís Pimenta, que respondeu que a estatística específica para perfuração de vazamento de petróleo no Brasil não existe, contudo foi disponibilizado o quantitativo de vazamento de óleo anual marítimo, advindo de diversas atividades e foi notificada a quantidade de vazamento de 15 mil litros durante todo o ano de 2015, segundo dados da



Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil. Para a atividade de perfuração exploratória do Bloco FZA-M-59, na costa do Oiapoque, foi realizado um Plano de Emergência Individual que considera o pior cenário em caso de um vazamento de petróleo em uma simulação de derramamento de 900 mil litros de petróleo, sem ações de respostas durante 30 dias ininterruptos.

A representante da AECOM iniciou o vídeo da modelagem no caso de haver um vazamento de óleo no bloco e reforçou as questões de segurança da empresa e o empenho que a mesma possui para evitar qualquer acidente.

Após a apresentação abriu-se espaço para dúvidas e esclarecimentos:

A líder da colônia comentou que ela não tinha dúvidas, mas preocupações. Ela complementou que essas pesquisas exploratórias de petróleo deveriam ser feitas por empresas brasileiras e não estrangeiras. A sua insatisfação se encontra no fato de, segundo ela, as comunidades não serem beneficiadas durante a implementação dos empreendimentos. A sua maior preocupação também é o impacto sobre a pesca e o ambiente. Contudo, após a apresentação dos assuntos abordados durante a apresentação, ela ficou satisfeita.

Outro participante comentou que a presença do pescador na Reunião Setorial não influencia na decisão do IBAMA de conceder ou não a licença ambiental. A representante da BP comentou sobre a importância das organizações sociais e que as colônias possuem representatividade dentro do processo.

A líder da RESEX agradeceu ao convite e solicitou ônibus para a Audiência Pública para que os pescadores possam participar devido à cidade sobreviver da pesca e serem eles que entendem realmente do assunto. A representante da BP disse que o ônibus será providenciado durante o período do evento.

A líder da colônia solicitou envio de folders e ofícios para entregar aos pescadores. A representante da BP comentou que este formato de Reuniões Setoriais dentro de Projetos de Comunicação Social é novo e tem por objetivo informar as lideranças locais sobre a atividade pretendida em etapa anterior à realização das audiências públicas. Uma vez definidos data e local da audiência, RIMAs serão enviados para as instituições convidadas, para que estas informações possam ser compartilhadas com seus associados e partes interessadas. Ainda reforçou que estas ações integram o processo de licenciamento ambiental enquanto exigência do IBAMA.

Foi comentado pela líder da colônia que este formato de reunião apresentado pela BP foi satisfatório devido às informações serem bem apresentadas, de uma forma simplificada, adequando-se à linguagem do pescador, mostrando qual o papel da empresa, o momento que a atividade de perfuração se encontra. Os presentes confirmaram que a explicação sobre a atividade foi mais bem compreendida durante a reunião setorial do que durante a participação em Audiência Pública (citando a realizada pela Total em julho de 2016), devido ao fato de ter sido algo bem feita, sem uso de palavras técnicas.

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59



Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP encerrou a reunião às 18 h e 55 min.